



Relatório de Atividades

3º trimestre de 2022





Tribunal de Contas do Estado do Piauí

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheiros

Kleber Dantas Eulálio (Vice-Presidente)

Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Corregedor)

Abelardo Pio Vilanova e Silva (Ouvidor)

Flora Izabel Nobre Rodrigues (Controladora Interna)

Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Presidente 1ª Câmara)

Cons. Waltânia Mª Nogueira de S. Leal Alvarenga (Presidente 2ª Câmara)

Conselheiros Substitutos

Allisson Felipe de Araújo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador Geral

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Procuradores de Contas

Leandro Maciel do Nascimento

José Araújo Pinheiro Júnior

Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Plínio Valente Ramos Neto

Secretário de Controle Externo

Luis Batista de Sousa Júnior

Secretário Administrativo

Paulo Ivan da Silva Santos

Secretária das Sessões

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

Secretário de Tecnologia da Informação

Antonio Moreira da Silva Filho

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao terceiro trimestre do ano de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico institucional 2020-2023, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro – ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Governança a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

LISTA DE FIGURAS

1. TCE/PI.....	07
2. MAPA ESTRATÉGICO DO TCE/PI	34
3. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	44
4. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	50
5. ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA	52
6. ATIVIDADES DA CS.....	53

LISTA DE QUADROS

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	08
2. NOTÍCIAS	09
3. SESSÕES REALIZADAS.....	10
4. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS	10
5. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR	11
6. PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS.....	12
7. RESULTADO DE JULGAMENTO	12
8. ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS	13
9. MEDIDAS CAUTELARES.....	14
10. ATOS DE PESSOAL APRECIADOS	15
11. CERTIDÕES EMITIDAS	16
12. MULTAS E SANÇÕES APLICADAS.....	17
13. PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS	18
14. CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS	19
15. ATIVIDADES DO MPC.....	20
16. ATIVIDADES DA SECEX	21
17. ATIVIDADES DO NPDCEX	22
18. EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI.....	23
19. ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI.....	24
20. EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR	25
21. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR.....	25
22. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE	26
23. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE	27
24. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM	28
25. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM.....	29
26. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG	30

27. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG	31
28. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP	31
29. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP	33
30. CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI.....	35
31. ATIVIDADES DA GOV.....	36
32. ATIVIDADES DA SO	37
33. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	37
34. ATIVIDADES DA SF.....	37
35. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA.....	38
36. ATIVIDADES DA SC	38
37. ATIVIDADES DA SEINF	39
38. SIAFE-PI	39
39. ATIVIDADES DA DGP.....	40
40. ATIVIDADES DA SISS.....	42
41. QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES	44
42. ATIVIDADES DA STI.....	49
43. ATIVIDADES DA CORREGEDORIA	51
44. SERVIÇOS DA OUVIDORIA	51
45. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	51
46. CANAIS	52
47. ATIVIDADES DA DPL	54

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.....	07
1.1. Competência e Jurisdição	07
1.2. Identidade Organizacional	08
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO.....	09
3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	10
3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões.....	10
3.2. Atuação do Ministério Público de Contas	19
3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo.....	21
3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo.....	22
3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas	23
3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado	25
3.3.4. Controle no âmbito Estadual.....	26
3.3.5. Controle no âmbito Municipal	28
3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas	29
3.3.7. Fiscalizações Especializadas	31
4. GOVERNANÇA E GESTÃO.....	34
4.1. Gestão Estratégica.....	34
4.2. Gestão Orçamentária e Financeira	36
4.3. Gestão de Pessoas	40
4.4. Gestão de Contratações.....	43
4.5. Gestão do Conhecimento	44
4.6. Gestão de Tecnologia da Informação.....	48
4.7. Controle Interno	49
4.8. Corregedoria	50
4.9. Ouvidoria	51
4.10. Comunicação.....	53
4.11. Gestão Patrimonial.....	54

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

FIGURA 1 – TCE/PI



Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se

refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. A seguir, destaca-se a nova Identidade Organizacional definida no PE 2020-2023 do TCE/PI:

QUADRO 1 – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Negócio	Administração Pública
Missão	Contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense
Visão	Ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade
Valores	Sustentabilidade – Transparência – Ética – Inovação – Profissionalismo - Responsabilidade Social – Independência - Excelência de Desempenho – Valorização das Pessoas

2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

A seguir, constam as principais notícias veiculadas no portal do TCE/PI no terceiro trimestre de 2022:

QUADRO 2 – NOTÍCIAS

JULHO
CIR Vale do Canindé discute instrumentos de gestão com participação do TCE-PI
TCE promove 2ª edição da campanha "Doe frascos, alimente vidas"
TCE Piauí avança no processo de implantação do Plenário Virtual
"Conheça o TCE" apresenta estrutura da Corte de Contas para novos servidores
Auditores do TCE Piauí participam de encontro do Sebrae em Brasília-DF
AGOSTO
Auditores do TCE participam dos "Diálogos pela Educação Municipal" em São Raimundo Nonato-PI
Servidores do TCE-PI palestram em evento nacional sobre a primeira infância
Ministro Luiz Fux ministra palestra em evento comemorativo aos 123 anos do TCE-PI
TCE-PI inicia II Simpósio de Inteligência Institucional
Membros do TCE-PI visitam TCE-RN para avaliação do Marco de Medição de Desempenho
Sistema Eletrônico de Informação (SEI) está disponível para usuários
TCE Piauí inaugura Guarita de Segurança e Casa de Resíduos Sólidos
Tribunal lança Projeto Memória TCE Piauí e inaugura novo Memorial
Controle externo é tema de palestra na semana de aniversário do TCE-PI
Solenidade do Colar do Mérito Jesualdo Cavalcanti encerra programação de aniversário do TCE-PI
TCE Piauí inicia 3ª edição do projeto Educação Cidadã
Presidente participa de curso de Estudos Avançados promovido pelo IRB
Olimpíadas 2022: TCE Piauí fica em 4º lugar geral e em 1º no Nordeste
TCE Piauí realiza nova edição do "Saúde é da Nossa Conta" dias 01 e 02/09
SETEMBRO
"Saúde é da Nossa Conta" retorna com terapia alternativa e aula de dança
XIII Educontas traz a junção de técnica, inovação e boas práticas
TCE-PI realiza Webinar sobre EFD-REINF e DCTFWEB
Comissão do MMD-TC realiza trabalho de avaliação no TCE Piauí
"Mindfulness para a vida" é o tema do Saúde é da Nossa Conta desta quinta-feira
Convênio com a UFPI disponibiliza vagas de mestrado para servidores do TCE-PI
TCE-PI realiza webinar sobre Saúde e Segurança do Trabalhador (SST)
Conheça a biblioteca do Tribunal de Contas do Piauí

Fonte: Site do TCE/PI.

3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões

A Secretaria das Sessões, cuja competência abrange a coordenação e apoio ao funcionamento do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é composta também pela Secretaria da Primeira Câmara, Secretaria da Segunda Câmara, Divisão de Acompanhamento e Controle das Decisões, Divisão Processual e Divisão de Comunicação Processual, conforme dispõe a Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

As deliberações do TCE/PI, oriundas de Plenário e Câmaras, possuem forma de acórdãos, os quais são publicados no Diário Eletrônico do TCE/PI e acessíveis através do Portal do TCE na consulta processual eletrônica. A competência do Plenário e das Câmaras encontra-se estabelecida nos artigos 74 e 82 do Regimento Interno do TCE/PI e nos artigos 8º a 11º da Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

No 3º trimestre de 2022, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou 36 Sessões e apreciou 416 processos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

▪ Sessões realizadas

QUADRO 3 – SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Sessões Ordinárias	10	12	11
Sessões Administrativas	1	0	0
Sessões Especiais	1	0	0
Sessões Extraordinárias	1	0	0
TOTAL	13	12	11

Fonte: SS.

▪ Número de processos julgados/apreciados pelos colegiados

QUADRO 4 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Prestação de Contas - Gestão	05	34	31
Prestação de Contas - Governo	0	34	36
Tomada de Contas	07	02	02
Denúncia	06	21	25
Representação	13	41	23
Inspeção	04	0	01
Auditoria	10	0	0

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Monitoramento	04	0	0
Admissão	01	07	04
Inativação (Aposentadoria/Reforma/Transf para reserva remunerada)	0	01	04
Pensão	0	03	03
Consulta	07	0	0
Levantamento	03	0	0
Fixação dos Índices de ICMS	0	0	0
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	02	0	0
Incidentes Processuais	01	0	0
Recurso de Reconsideração	59	0	0
Pedido de Reexame	10	0	0
Embargos de Declaração	05	0	0
Agravo	01	0	0
Pedido de Revisão	06	0	0
Termo de Ajuste	0	0	0
TOTAL	144	143	129

Fonte: SS.

▪ **Número de processos julgados/apreciados por relator**

QUADRO 5 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	TOTAL
Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva	20		28	48
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros	10		33	43
Cons. ^a Waltania Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga	22		30	52
Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho	17	32		49
Cons. Kleber Dantas Eulálio	11	28		39
Cons. ^a Flora Izabel Nobre Rodrigues	08	27		35
Cons. Substituto Jayson Fabianh Lopes Campelo	23	19		42
Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara	04		16	20
Cons. Substituto Jackson Nobre Veras	23	38		61
Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo	05		25	30

Fonte: SS.

Nesse 3º Trimestre do exercício de 2022, conforme tabelas acima, houve uma média de 41,9 processos julgados por relator(a).

- **Pareceres prévios emitidos pelos colegiados**

QUADRO 6 – PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS

ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO C/RESSALVAS	REPROVAÇÃO
Plenário	0	0	0
Primeira Câmara	0	26	8
Segunda Câmara	0	26	10
TOTAL	0	52	18

Fonte: SS.

- **Responsáveis julgados em contas, por resultado de julgamento**

QUADRO 7 – RESULTADO DE JULGAMENTO

ÓRGÃO DELIBERATIVO	REGULAR	REGULAR C/RESSALVAS	IRREGULAR
Plenário	3	2	0
Primeira Câmara	0	49	10
Segunda Câmara	1	43	12
TOTAL	4	94	22

Fonte: SS.

Ressalta-se que dos processos julgados/apreciados foram gerados 144 Acórdãos e 0 Parecer Prévio para o Plenário, 109 Acórdãos e 34 Pareceres Prévios para a Primeira Câmara, e 93 Acórdãos e 36 Pareceres Prévios para a Segunda Câmara.

- **Atos normativos e notas técnicas aprovados pelo plenário**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 4º da Lei 5.888, de 2009 (Lei Orgânica do TCE/PI), pode elaborar e aprovar os atos normativos necessários à organização e a execução dos serviços que lhe competem. Ao TCE/PI assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matérias inseridas em suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

Ressalte-se, ainda, a expedição pelo TCE/PI de Notas Técnicas sobre as matérias inseridas em suas atribuições com vistas a orientar seus jurisdicionados, as quais também são levadas ao Plenário para aprovação.

No terceiro trimestre de 2022, o TCE/PI expediu os seguintes atos normativos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

QUADRO 8 – ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS

TIPO		EMENTA
Resolução	Resolução nº 15	Concede o Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí às pessoas que menciona
	Resolução nº 16	Altera o artigo o 5º da Resolução TCE/PI nº 10, de 07 de abril de 2016
	Resolução nº 17	Dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 18	Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 19	Institui o Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 20	Dispõe sobre a sessão virtual de julgamento em ambiente eletrônico no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 21	Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI
	Resolução nº 22	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Estado do Piauí
	Resolução nº 23	Propõe envio ao Poder Legislativo de projeto de lei alterando a Lei nº 5.888, de 19 de agosto 2009, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e a Lei nº 5.673, de 1º de agosto de 2007
	Resolução nº 24	Altera a Resolução nº 26/13 que dispõe sobre a concessão do Auxílio alimentação aos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 25	Altera a Resolução nº 02/18 que dispõe sobre a concessão de férias aos membros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e dá outras providências
	Resolução nº 26	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 27	Fixa os índices preliminares de participação de cada município do Estado do Piauí no produto de arrecadação do ICMS para o Exercício Financeiro de 2023
	Resolução nº 28	Fixa os índices preliminares de participação de cada município do Estado do Piauí no produto de arrecadação do ICMS para o Exercício Financeiro de 2023
	Resolução nº 29	Altera a Resolução nº 9, de 2 de março de 2017, que dispõe sobre Programa de Assistência à Saúde dos servidores e membros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 30	Revoga a Resolução nº 24, de 08 de setembro de 2022
Instrução Normativa	Instrução Normativa nº 03	Dispõe sobre a concessão de férias a Conselheiros, Conselheiros Substitutos e membros do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí e dá outras providências
		Dispõe sobre os códigos de Fontes de Recursos e Códigos de Aplicação a serem utilizados nas competências a partir do exercício 2022 para as informações prestadas através do

TIPO		EMENTA
		sistema SAGRES-Contábil
	Instrução Normativa nº 04	Altera a Instrução Normativa TCE-PI nº 01, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre a forma de avaliação, por parte do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, dos sítios e/ou portais de transparência dos ente sujeitos à sua jurisdição
Decisão Normativa	-	-
Nota Técnica	-	-

Fonte: SS.

▪ **Decisões monocráticas com concessão de medida cautelar homologadas pelo plenário**

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de direito alheio, de risco de ineficácia da decisão de mérito, ou diante de situação específica que possa causar dano irreparável ou de difícil reparação para o interesse e/ou para o patrimônio público, o relator ou o Plenário poderá, motivadamente, determinar liminarmente medidas cautelares, com ou sem a oitiva prévia da parte, nos casos previstos nos artigos 86 e 87 da Lei Estadual nº 5.888/2009. Quando proferida pelo relator, na forma do art. 449 do Regimento Interno, a decisão deverá ser submetida ao Plenário para a apreciação da matéria na primeira sessão seguinte à sua prolatação. Destaca-se que a adoção dessas medidas não gera, necessariamente, impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, na forma da Resolução TCE/PI nº 27/2019, o TCE/PI determina o bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias em caso de ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao Tribunal de Contas, os quais são exigidos na forma da legislação aplicável, aos órgãos, entidades, pessoas e fundos sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

No terceiro trimestre de 2022, o TCE/PI registrou os seguintes dados sobre medidas cautelares proferidas e homologadas pelo Plenário, conforme quadro a seguir.

QUADRO 9 – MEDIDAS CAUTELARES

QUANTIDADE DE CAUTELARES	VALORES ENVOLVIDOS NAS CAUTELARES
12	R\$ 60.404.946,38

Fonte: SS.

▪ **Atos de pessoal apreciados monocraticamente e pelos colegiados**

O Tribunal de Contas do Estado aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal no âmbito estadual e municipal, de aposentadoria de servidor público estadual ou municipal, de reforma e de transferência para a reserva remunerada de membro da polícia militar e do corpo de bombeiros militar e concessão do benefício da pensão por morte.

Quando os atos de admissão, de inativação, de pensão e de revisão de proventos receberem manifestações igualmente favoráveis para o seu registro pela unidade competente da Secretaria do Tribunal e pelo Ministério Público de Contas, concluindo-se pela sua legalidade, o relator poderá proferir decisão definitiva monocrática.

No terceiro trimestre de 2022 foram registrados os seguintes dados com relação a registro de atos de pessoal, conforme demonstrado nos quadros a seguir, subdivididos por Esfera de Poder.

QUADRO 10 – ATOS DE PESSOAL APRECIADOS

TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Admissão ¹	9	1
Inativação (Aposentadoria/Reforma/Transf para Reserva Remunerada) ²	350	0
Pensão ³	162	1
Revisão de proventos ⁴	6	0
TOTAL	527	2

Fonte: SS.

¹ Dessas, 4 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 6 pelos colegiados.

² Dessas, 346 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 4 pelos colegiados.

³ Dessas, 159 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 4 pelos colegiados.

⁴ Todas foram apreciadas monocraticamente.

▪ **Certidões emitidas**

A Secretaria das Sessões, na forma da Resolução TCE/PI nº 08/2014, tem a competência para gerir e disponibilizar o Sistema de Emissão de Certidões desta Corte. As certidões são solicitadas pelos interessados e disponibilizadas através do sítio oficial do Tribunal e o destinam-se aos fins especificados em sua regulamentação.

No terceiro trimestre de 2022 foram solicitadas e emitidas as seguintes certidões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 11 – CERTIDÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Ações e Serviços Públicos de Saúde	5
Adimplência	386
Apreciação das Contas	251
Despesas de Pessoal	7
Lei de Responsabilidade Fiscal	57
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	10
Negativa de Débitos	2.284
Negativa de Inidoneidade	3.086
Registro de Inativação	11
Trânsito em Julgado	-
Outras	4
TOTAL	6.101

Fonte: SS.

▪ Multas e sanções aplicadas

O Tribunal de Contas do PI poderá aplicar aos administradores e demais responsáveis, no âmbito estadual e municipal, observado o devido processo legal, as sanções de multa; inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança; inabilitação para o recebimento de recursos públicos; proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores promovidos pela Escola de Gestão e Controle - EGC, ou outra entidade por ela indicada; e outras sanções previstas em lei.

O Tribunal também aplicará, quando couber, na forma da legislação vigente, a imputação de débito para fins de ressarcimento e recomposição do erário, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, é o setor responsável pelo acompanhamento e registro desses dados, bem como pelo parcelamento e cobrança de multas. No terceiro trimestre de 2022, a DACD informou os seguintes dados com relação às sanções e imputações de débitos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalte-se que as multas, imputações de débitos e demais sanções referem-se àquelas aplicadas em decisões definitivas / transitadas em julgado no período, bem como àquelas recolhidas / arrecadadas / ressarcidas no período, podendo referir-se a

competências / exercícios anteriores.

QUADRO 12 – MULTAS E SANÇÕES APLICADAS

RESPONSÁVEIS CONDENADOS EM DÉBITO E/OU MULTADOS	
TIPO	VALOR
Multas aplicadas	113.750 UFR
Multas arrecadadas	5.550 UFR
Imputação de débitos aplicados	R\$ 11.428
Imputação de débitos arrecadados ¹	R\$ 0,00
RESPONSÁVEIS COM OUTRAS SANÇÕES APLICADAS	
TIPO	QUANTIDADE
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança	1
Inabilitação para o recebimento de recursos públicos	1
Proibição de contratação com o poder público estadual ou municipal	1
Participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores	0
Outras sanções previstas em lei	0
PARCELAMENTOS/PROCESSOS DE MULTAS E IMPUTAÇÕES DE DÉBITO	
TIPO	QUANTIDADE
Processos de parcelamento de multas	27
Processos de cobrança de multas enviados à procuradoria geral do estado para cobrança	0
Processos abertos para acompanhamento de ressarcimento ao erário	16

Fonte: SS.

¹ Dados não informados ao TCE/PI.

▪ Processos recebidos/digitalizados/atuados

A Divisão Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal registrou, No terceiro trimestre de 2022 o recebimento, digitalização e autuação de 1.622 processos no período, conforme estatística de documentos protocolados, abaixo demonstrada.

Além dessas atividades, a Divisão Processual, no período, atuou com as seguintes atividades: atualização do cadastro de gestores estaduais/municipais no Sistema Cadastro Web; liberação de senhas por meio do sistema de Solicitação de Criação de Usuário e Senha; projeto em andamento com a fábrica de software do Sistema Gestor WEB; liberação de usuários e gerenciamento do Sistema Protocolo Web; atividade contínua de protocolo,

triagem, digitalização e validação de documentos e processos.

QUADRO 13 – PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS

TIPO	QUANTIDADE
Consulta	08
Denúncia	28
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ reserva remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	469
Admissão	03
Representação	54
Auditoria	08
Tomada de Contas Especial	12
Pedido de Revisão	09
Recurso de Reconsideração	53
Agravo	12
Pedido de Reexame	08
Recurso Administrativo	02
Incidente Processual	05
Ordens Judiciais	44
Multa	63
Monitoramento	01
Acompanhamento	01
Levantamento	04
Acompanhamento de Decisões	03
Embargos de Declaração	11
Processo Ordinário da Administração	16
Processo de Pagamento	115
Requerimento Administrativo	657
TOTAL	1.586

Fonte: SS.

▪ Citações/notificações emitidas

A Divisão de Comunicação Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete as atividades relacionadas a citações/intimações/ciências emitidas pelo TCE/PI no exercício de suas competências registrou, No terceiro trimestre de 2022 os seguintes dados, indicando as atividades e os procedimentos desenvolvidos na área, na forma abaixo demonstrada, além da atividade contínua de realização de ofícios, controle e juntada de AR, controle de prazos, confecção de postagens, atendimento ao

Jurisdicionado e apoio à Diretoria de Tecnologia da Informação no gerenciamento do Sistema E-carta.

QUADRO 14 – CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Citação/Notificação	827
Certidões	578
Postagens	304
Editais de Citação	96
TOTAL	1.805

Fonte: SS.

3.2. Atuação do Ministério Público de Contas – MPC

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional, que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

QUADRO 15 – ATIVIDADES DO MPC

.Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO				
1.0	TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS / PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	30.09.22
1.1	Processos de Contas	28	29	47	43	44	41	40	45	38	39	197	197	50
1.2	Processos de Fiscalização	11	12	20	16	14	15	19	16	19	19	83	78	17
1.3	Processos de Admissão de Pessoal (Registro de Atos)	5	5	1	3	4	4	1	1	3	2	14	15	3
1.4	Processos de Inativação	148	147	143	162	129	131	146	147	33	33	599	620	11
1.5	Recursos e Pedidos de Revisão	23	27	31	37	27	25	16	18	25	26	122	133	16
1.6	Controle Social (Denúncias e Representações)	20	19	37	41	28	33	37	40	33	35	155	168	27
1.7	Consultas	3	3	2	2	2	2	3	3	0	0	10	10	0
1.8	Processos Administrativos	1	1	1	1	0	0	2	3	0	0	4	5	0
1.9	Outros Processos	2	2	2	0	3	3	0	1	1	1	8	7	2
TOTAL (1.1 a 1.9)		241	245	284	305	251	254	264	274	152	155	1192	1233	126
2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR	RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		TOTAL		
2.1	Representações de autoria do Procurador	2		0		0		0		1		3		
2.2	Recursos e Pedidos de Revisão de autoria do Procurador	0		0		0		0		1		1		
2.3	Recomendações de autoria do Procurador	3		0		1		1		2		7		
2.4	Encaminhamento de Denúncias recebidas pelo Procurador	1		3		5		2		5		16		
2.5	Ofícios expedidos	10		0		5		2		5		22		
2.6	Propostas de alteração de legislação	0		0		0		0		0		0		
2.7	Incidentes de Inconstitucionalidade de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.8	Propostas Administrativas	0		0		0		0		0		0		
2.9	Propostas de Orientação Jurisprudencial	0		0		0		0		0		0		
2.10	Pedidos de Inspeção de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.11	Termos de Ajustamento de Gestão de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.12	Outros procedimentos de iniciativa do Procurador	0		0		1		0		0		1		
2.13	Reuniões institucionais/reuniões administrativas/ reuniões de audiências de gestor/cursos/eventos	6		0		11		7		12		36		
2.14	Participação do Procurador em Sessões do TCE-PI (Plenárias, Câmaras e Sessões Administrativas)	2		7		5		11		11		36		
TOTAL (2.1 a 2.14)		24		10		28		23		37		122		

Fonte: MPC.

3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo

Compete à Secretaria de Controle Externo (SECEX) o planejamento e a coordenação das atividades do controle externo, especialmente propor normas, políticas, diretrizes, técnicas e padrões relativos ao controle externo a cargo do Tribunal; planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas de controle externo, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos; aprovar manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, coordenar os estudos de fixação de metas e de produtividade dos servidores efetivos lotados em suas unidades integrantes; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 16 – ATIVIDADES DA SECEX
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (SECEX)

1.	Planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Reuniões e debates referentes à construção e implantação do sistema “OPALA” – ambiente de produção (projeto estratégico)
4.	Participação na comissão criada para estudos acerca da revisão das normas atinentes ao processo de auditoria no âmbito do TCE/PI (projeto estratégico)
5.	Reuniões com STI para construção de sistema para recebimento de comunicações de irregularidades
6.	Participação na Comissão de Avaliação do TCE-PI no MMD-TC 2022
7.	Realização de visitas da Comissão de Garantia da Qualidade do MMD-TC 2022 nos Tribunais de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), do Município de São Paulo (TCM-SP) e do Estado de São Paulo (TCE-SP)
8.	Colaboração na atualização do Anexo da antiga Resolução Atricon nº 09/2018, atualizada como Res. Atricon nº 01/2022 (Matriz de Fiscalização da Transparência)
9.	Participação em audiência pública promovida pela SEMA (P. M. de Teresina)
10.	Participação no “II Simpósio de Inteligência Institucional do TCE-PI”
11.	Reunião com a SEPLAN/PI acerca de participação do Tribunal como auditor externo em operação de crédito externa a ser firmada entre o Estado do Piauí e o Banco Mundial
12.	Reunião com TCE-CE sobre sua atuação como auditor externo em operações de crédito externas firmadas entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial
13.	“TCE-PI alerta jurisdicionados sobre adequações à LGPD”: https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-alerta-jurisdicionados-sobre-adequacoes-a-lgpd/
14.	“Comissão do MMD-TC realiza trabalho de avaliação no TCE Piauí”: https://www.tce.pi.gov.br/comissao-do-mmd-tc-realiza-trabalho-de-avaliacao-no-tce-piaui/

Fonte: SECEX.

3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo

Compete ao Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo elaborar normas, manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; elaborar o Plano Anual de Fiscalização para ser submetido a deliberação do Plenário e executado pelas diretorias de controle externo deste Tribunal; auxiliar as unidades de fiscalização a elaboração do Plano Anual de Trabalho com base no Plano Anual de Fiscalização; auxiliar o Secretário de Controle Externo a acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito das diretorias de fiscalização; obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação; disseminar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções corporativas de tecnologia da informação (soluções de TI) que darão suporte ao controle externo; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 17 – ATIVIDADES DO NPDCEX

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEX)	
1.	Subsídio a SECEX no planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Elaboração dos painéis/BI: i) Metas para Governança; ii) Cubo Receitas Sagres Contábil iii) Cubo Despesas Sagres Contábil
4.	Participação no Grupo de Trabalho Interinstitucional (TCE-PI, MPPI, SEMAR e Governadoria) de Resíduos Sólidos (https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-intensifica-atuacao-referente-a-politica-nacional-de-residuos-solidos/)
5.	Participação na comissão de Gestão por Competência do TCE-PI
6.	Participação na comissão da Cadeia de Valor do TCE-PI
7.	Coordenação da fiscalização/levantamento da Transparência dos entes municipais
8.	Responsável por indicadores do MMD 2022
9.	Elaboração da Minuta da Portaria do Relatório de Gestão Consolidado
10.	Assessoramento no desenvolvimento do sistema "OPALA" de apoio ao controle externo para o TCE/PI
11.	Manutenção, atualizações (inclusive de normativos correlatos), assessoramento para criação de <i>Business Intelligence</i> - BI e suporte dos sistemas SAGRES-Contábil, SAGRES-Demonstrativos, Sistema de Auditoria – módulo Relatório para os usuários internos e externos
12.	Manutenção, atualização e suporte ao Módulo de Controle Externo do SIOPE/MAVS – FNDE, em sede do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2017
13.	Participação na 33ª Reunião Ordinária da CTCONF, na qualidade de assessoria técnica pela Atricon
14.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEX)	
15.	Aprimoramento e revisão da normatização que trata das certidões emitidas no âmbito da SECEX
16.	Atendimentos diversos sobre os sistemas relacionados às atribuições da SECEX a usuários internos e externos, e outros temas relacionados ao controle externo
17.	Despachos e Informações diversos
18.	"TCE-PI divulga fontes de recursos para 2023 e alerta para adequação dos SIAFICs": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-divulga-fontes-de-recursos-para-2023-e-alerta-para-adequacao-dos-siafics/
19.	"TCE-PI define unidades jurisdicionadas que deverão apresentar Relatório de Gestão 2022": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-define-unidades-jurisdicionadas-que-deverao-apresentar-relatorio-de-gestao-2022/
20.	"TCE-PI disponibiliza questionário para diagnóstico de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Piauí": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-disponibiliza-questionario-para-diagnostico-de-catadores-de-materiais-reutilizaveis-e-reciclaveis-no-piaui/

Fonte: SECEX.

3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas

Compete ao Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas e Combate à Corrupção – NUGEI: propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí; auxiliar na criação de metodologia de análise de risco e elaborar as matrizes necessárias; auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de fiscalização; auxiliar e acompanhar o desenvolvimento e manutenção de sistema de gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo, definindo critérios técnicos e operacionais em conjunto com outras áreas pertinentes; incentivar e monitorar a produção, o registro e a disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; divulgar a metodologia referente às atividades de inteligência institucional e treinar multiplicadores para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; realizar com as demais Diretorias Técnicas do TCE/PI trabalhos conjuntos relevantes; realizar conjuntamente com outros órgãos da Rede de Controle do Estado operações conjuntas; representar o TCE/PI na Rede Nacional Infocontas e no Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 18 – EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Elaborar matriz de risco 2022	0	0	2	2

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Levantamento / Monitoramento - Relatório Preliminar	0	0	3	1
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Monitoramento - Relatório Contraditório	0	2	1	2
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido de ofício	0	2	7	8
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido sob demanda	0	0	0	6
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido de ofício	8	0	10	2
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido sob demanda	0	6	0	11
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido de ofício	0	0	2	0
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido sob demanda	0	1	0	2
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido de ofício	0	0	2	0
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido sob demanda	0	0	0	0
Realização excepcional de Diligência / Inspeção / Auditoria / Operação	5	2	7	5
Elaboração de Aplicativo Cívico	0	1	1	2
TOTAL	13	14	35	41

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 19 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI

NUGEI
1. Participação de servidor nas reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública-PI
2. Participação de servidor da unidade em trabalhos da ATRICON/INFOCONTAS
3. Atuação como fiscal de diversos ACTs de interesse da unidade
4. Organização do "II Simpósio de Inteligência Institucional" no âmbito do TCE-PI (https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-abre-inscricoes-para-o-ii-simposio-de-inteligencia-institucional/)
5. Participação de servidor da unidade em Reuniões setoriais com gestores municipais para a implementação do Projeto "Zero Lixões: Por um Piauí mais limpo", promovido pelo COAMA/MP-PI – Portarias 273/2022 e 322/2022 (https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-intensifica-atuacao-referente-a-politica-nacional-de-residuos-solidos/)
6. Designação de servidor da unidade para compor Comissão de Assessoramento para Fixação dos Índices de Participação no Produto de Arrecadação do ICMS, exercício 2023 – Portaria 293/2022

NUGEI
7. Participação de servidor na gestão do projeto estratégico PRJ 36
8. Atendimento, por e-mail, a diversas solicitações feitas por sindicatos de servidores públicos, CGU, MPE/PI e Delegados de Polícia Civil e Federal
9. Atendimento não presencial a cidadãos, autoridades e agentes de autoridades;
10. Levantamentos internos para atendimento aos pleitos de outras unidades do TCE/PI

Fonte: SECEX.

3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado

A Divisão de Apoio ao Jurisdicionado – DAJUR, diretamente ligada à Secretaria de Controle Externo – SECEX, tendo como principal finalidade ser um canal de atendimento ao fiscalizado, atuando como facilitador no processo do controle externo, em atendimento às demandas dos jurisdicionados. Trata-se de instrumento estratégico de gestão, capaz de desafogar os setores de fiscalização, atuando na resolução rápida e eficiente de demandas dos jurisdicionados acerca dos sistemas do controle externo e da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 20 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Exec. 3º Trim.	Total Exec. até 30/09
Responder demandas de pronto atendimento	114	376
Elaborar informações	133	355
Elaborar documentos técnicos/pareceres (Consultas)	3	12
Emissão de Certidões	76	234
Homologação de documentos	32704	62144
Alertas da LRF	1	2
TOTAL	33031	63123

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 21 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR

DAJUR
1. Participação na comissão de implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sob a ótica do controle externo
2. Manifestação em processos de Ação de Não Persecução Civil – ANPC instaurados no âmbito do TCE-PI por demanda do MPPI

DAJUR	
3.	Auxílio a jurisdicionados no preenchimento do formulário eletrônico atinente ao Programa Nacional da Transparência Pública – PNTP (https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-inicia-aplicacao-de-questionario-para-avaliacao-da-transparencia/)
4.	"TCE-PI notifica 53 municípios que não publicaram os demonstrativos da LRF": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-notifica-53-municipios-que-nao-publicaram-os-demonstrativos-da-lrf/

Fonte: SECEX.

3.3.4. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 22 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	3	7
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	6	15	23
Auditoria	Contraditório	Processos Novos	0	5	0	6
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	1	1	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	8	4	30	18
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	2	0	4
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	13	12	39
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	13	17
Contas de Gestão	Preliminar	Processos Novos	13	12	30	18
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	0	2
Contas de Governo	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	0	1	1
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	2
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	5	2
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	6

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Levantamento	Instrução	Processos Novos	0	1	3	2
Monitoramento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	0	2	2
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	0	3	3
Recurso de Reconsideração	Recurso	Processos Novos	0	1	0	2
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	3	0	6
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	2	2	5
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	6	0	11
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	4	0	6
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	9	7	15
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	3	12	19
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	1
TOTAL			23	80	139	222

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 23 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE

DFAE
1. "TCE Piauí divulga relatório consolidado da fiscalização ordenada nos hospitais estaduais": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-divulga-relatorio-consolidado-da-fiscalizacao-ordenada-nos-hospitais-estaduais/
2. "TCE Piauí notifica 693 órgãos para que regularizem informações sobre licitações e contratos": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-notifica-693-orgaos-para-que-regularizem-informacoes-sobre-licitacoes-e-contratos/
3. "TCE Piauí lança cartilha com orientações aos gestores estaduais": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-lanca-cartilha-com-orientacoes-aos-gestores-estaduais/
4. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC
5. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do SAGRES-Folha Estadual (Projeto Estratégico nº 26)
6. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento e manutenção do sistema CAPTURE, utilizado em diversas fiscalizações no período (dentre as quais a ordenada)

Fonte: SECEX.

3.3.5. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 24 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Acompanhamento	Preliminar	Processos Novos	1	1	1	1
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	6	0	13
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	54	50	200	155
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	32	34
Contas de Gestão	Preliminar	Processos Novos	40	40	80	43
Contas de Governo	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	2	0	9
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	57	44	205	155
Contas de Governo	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	103	104
Contas de Governo	Preliminar	Processos Novos	62	37	137	37
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	9	13	27	41
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	10
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	5	77	70
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	3	0	15
Inspeção	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	6	0	7
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	5	5	8
Inspeção	Preliminar	Processos Novos	0	3	0	3
Levantamento	Instrução	Abertos até 31/12/21	0	0	1	1
Levantamento	Instrução	Processos Novos	0	0	3	2
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	1	1	1	1
Recurso de Reconsideração	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	0	2
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	9	9	46	44
Recurso de Reconsideração	Recurso	Processos Novos	0	6	0	7
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	6
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	9	23	40
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	12	0	14
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	7	73	82
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	23	0	30
Revisão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	6	4	12	12
Revisão	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	1
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	3	7	3	8
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	3	5	16
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	7
TOTAL			250	302	1034	982

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 25 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM

DFAM
1. "Tribunal de Contas identifica Câmaras que descumpriram limites de gastos": https://www.tce.pi.gov.br/tribunal-de-contas-identifica-camaras-que-descumpriram-limites-de-gastos/
2. "TCE Piauí notifica 693 órgãos para que regularizem informações sobre licitações e contratos": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-notifica-693-orgaos-para-que-regularizem-informacoes-sobre-licitacoes-e-contratos/

Fonte: SECEX.

3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras

e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 26 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Acompanhamento	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	2
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	5	22	20
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2	0	9	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	0	2	0	5
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	1	1	1
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	7	1	17	7
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2	0	15	11
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	3
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	0	1	1
Inspeção	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Levantamento	Instrução	Abertos até 31/12/21	1	0	1	0
Pedido de Reexame	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	1	0	1	0
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	1	2	4	16
Representação	Complementar	Processos Novos	0	0	0	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	1	1
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2	2	12	4
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	2	0	3
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	0	3	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2	4	8	7
TOTAL			24	24	98	88

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 27 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG

DFENG	
1.	"TCE Piauí inaugura Guarita de Segurança e Casa de Resíduos Sólidos": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-inaugura-novas-obras/

Fonte: SECEX.

3.3.7. Fiscalizações Especializadas

Compete à Diretoria de Fiscalizações Especializadas a coordenação, o gerenciamento e a supervisão das atividades de controle relacionadas às fiscalizações temáticas desenvolvidas por cada uma de suas divisões especializadas, e especialmente auxiliar na elaboração do Plano Anual de Controle Externo, em coordenação com o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo da Secretaria de Controle Externo, no que diz respeito às fiscalizações especializadas; definir, implementar e gerir, em coordenação com a Secretaria de Controle Externo, indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações especializadas; monitorar e divulgar periodicamente os indicadores das atividades das fiscalizações especializadas.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 28 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Acompanhamento	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Acompanhamento	Preliminar	Processos Novos	1	3	1	3
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	11	1	18
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	8	7	27	29
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	1	4	7	9
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	14	11	21	15
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	3	12	10
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	2	11	7
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	2	0	3
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	4
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	0	0	1
Inspeção	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0



Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	3	1	4	4
Inspeção	Contraditório	Processos Novos	0	2	0	2
Inspeção	Preliminar	Processos Novos	2	2	2	3
Levantamento	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Levantamento	Instrução	Processos Novos	2	1	12	4
Monitoramento	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	4	3	6
Monitoramento	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1
Monitoramento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2	5	16	13
Monitoramento	Preliminar	Processos Novos	2	0	2	2
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	2	1	13
Pedido de Reexame	Recurso	Processos Novos	0	5	0	12
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	5	0
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	2	1	8	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	15	10	31	18
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	0	0	2
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	2	7	5
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	3	0	5
Tomada de Contas	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	1	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0	0	0	1
Admissão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	4	3
Admissão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	1	4	5
Admissão	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	7	5	17	24
Admissão	Registro de ato	Processos Novos	3	7	6	8
Aposentadoria	Complementar	Processos Novos	60	0	200	0
Aposentadoria	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	30	25	120	151
Aposentadoria	Registro de ato	Processos Novos	300	329	1000	764
Pensão por Morte	Complementar	Processos Novos	60	0	200	0

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 3º Trim.	Total Exec. 3º Trim.	Total Prev. até 30/09	Total Exec. até 30/09
Pensão por Morte	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	24	20	104	211
Pensão por Morte	Registro de ato	Processos Novos	300	152	1000	466
Reforma	Complementar	Processos Novos	9	0	30	0
Reforma	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	0	0	3	2
Reforma	Registro de ato	Processos Novos	15	3	50	3
Transferência para Reserva Remunerada	Complementar	Processos Novos	9	0	30	0
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	0	0	12	20
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Processos Novos	15	38	50	51
TOTAL			887	668	3007	1904

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 29 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP

DFESP
1. "TCE Piauí divulga relatório consolidado da fiscalização ordenada nos hospitais estaduais": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-divulga-relatorio-consolidado-da-fiscalizacao-ordenada-nos-hospitais-estaduais/
2. "Auditores do TCE participam dos "Diálogos pela Educação Municipal" em São Raimundo Nonato-PI": https://www.tce.pi.gov.br/auditores-do-tce-participam-dos-dialogos-pela-educacao-municipal-em-sao-raimundo-nonato-pi/
3. "Servidores do TCE-PI palestram em evento nacional sobre a primeira infância": https://www.tce.pi.gov.br/servidores-do-tce-pi-palestram-em-evento-nacional-sobre-a-primeira-infancia/
4. "TCE-PI participa de audiência no MP-PI sobre protocolos em perícias criminais": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-participa-de-audiencia-no-mp-pi-sobre-protocolos-em-pericias-criminais/

Fonte: SECEX.

4. GOVERNANÇA E GESTÃO

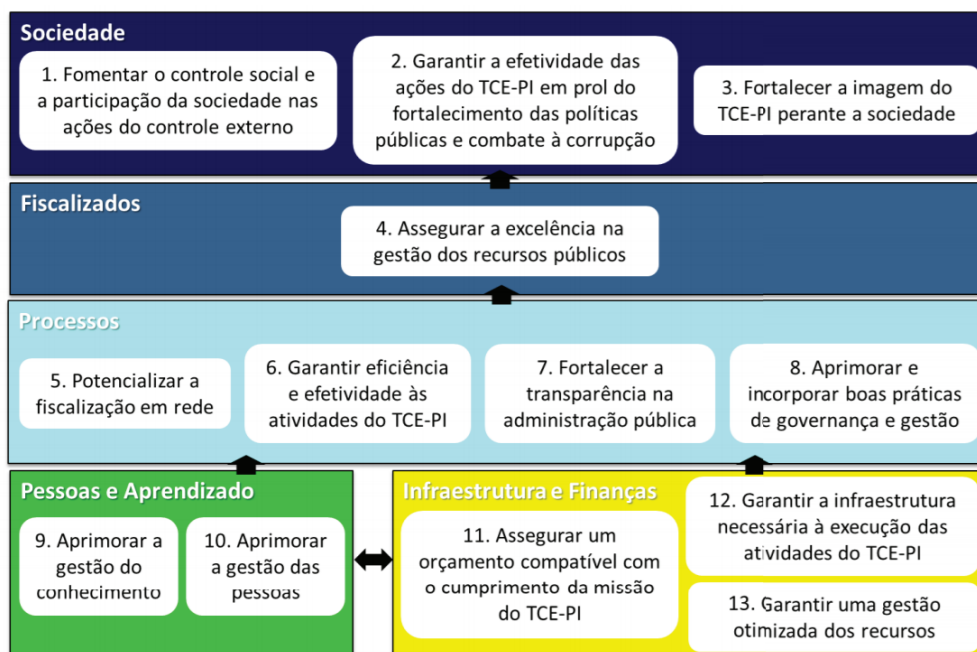
4.1. Gestão Estratégica

Considerando as transformações ocorridas interna e externamente ao TCE/PI, especialmente a reestruturação dos recursos organizacionais, humanos e gerenciais desta Corte, com o estabelecimento de novas abordagens e procedimentos para melhor atendimento às demandas da sociedade piauiense, este Tribunal decidiu redefinir a sua estratégia mediante um novo Plano, com ciclo de 4 anos e marco inicial a partir de 2020.

O PE 2020-2023 do TCE/PI foi idealizado sob um processo participativo, envolvendo todas as áreas do Tribunal, que permitiu a troca de experiências e, por consequência, promoveu uma visão mais abrangente da instituição. Ressalta-se, também, que o resultado do diagnóstico obtido com a aplicação do Marco de Medição de Desempenho – MMD da Atricon foi imprescindível no delineamento das estratégias definidas no referido PE.

O Mapa Estratégico do TCE/PI, a seguir, referente ao ciclo 2020-2023, correlaciona os objetivos estratégicos a perspectivas, quais sejam, sociedade, fiscalizados, processos, pessoas e aprendizado, infraestrutura e finanças, a fim de garantir uma percepção uniforme das prioridades assumidas pelo TCE/PI e a convergência de ações para o alcance dessas prioridades.

FIGURA 2 – MAPA ESTRATÉGICO



Para cada objetivo estratégico estabelecido há projetos e indicadores correlacionados a fim de facilitar a implementação do Plano Estratégico, envolvendo vários setores do Tribunal. A carteira de projetos prioritários do TCE/PI para o ano de 2021, disponibilizada a seguir, conta com 25 projetos em andamento, conforme definido na Reunião de Revisão do PE 20/23, realizada em janeiro de 2021.

QUADRO 30 – CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI

PROJETO		ÁREA PATROCINADORA
PRJ 01	Sistema de tratamento e pesquisa de jurisprudência	CRJ
PRJ 03	Implantação da página de informações no novo portal do servidor	CS
PRJ 04	Aprimorar o controle interno do TCE-PI	UCI
PRJ 05	Implantação de plataforma de ensino à distância	EGC
PRJ 08	Gestão de processos	GOV
PRJ 09	Gestão de projetos	GOV
PRJ 15	Gestão por competências	SA
PRJ 17	Modernizar processos de gestão de pessoas	SA
PRJ 18	Gestão do planejamento e da gestão orçamentária	SA
PRJ 19	Aprimoramento da Gestão patrimonial do TCE/PI	SA
PRJ 20	Implantação do sistema de acompanhamento e controle de decisões do TCE-PI	SS
PRJ 22	Atualizar e aperfeiçoar sistema de cadastro web	SS
PRJ 25	Alfa - Projeto integrado de auditoria avançada	SECEX
PRJ 26	Sagres-Folha - sistema de recepção de dados de atos e despesas com pessoal do estado	SECEX
PRJ 30	Incorporar ensaios de laboratório nas rotinas de fiscalização de obras públicas rodoviárias e de mobilidade urbana	SECEX
PRJ 35	Plataforma avançada de análise de dados com realização de consulta e geração de relatório pelo próprio usuário	SECEX
PRJ 36	Data & Analytics para revelar ilícitos administrativos	SECEX
PRJ 37	Opala - Plataforma de disseminação de dados de controle de forma pública e facilmente acessível	SECEX
PRJ 39	Política de Gestão de Riscos do TCE/PI	GOV
PRJ 40	Gestão Documental	SA
PRJ 41	Modelo de Governança do TCE/PI	GOV
PRJ 42	Sistema de Registro e Acompanhamento de Atendimentos	STI

Compete à Governança – GOV fomentar e acompanhar o planejamento estratégico do Tribunal visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional; auxiliar a Presidência na execução da gestão estratégica da instituição através de modernas técnicas de administração gerencial; elaborar e gerenciar o plano de diretrizes anual; monitorar o alcance das metas das unidades do Tribunal, relatando os resultados apurados; promover a realização do contínuo aperfeiçoamento do modelo de gestão por processos a ser aplicado no âmbito do Tribunal; e desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo setor de Governança do TCE/PI no trimestre:

QUADRO 31 – ATIVIDADES DA GOV

ATIVIDADES
Realização de Reunião de Monitoramento de Ações e Resultados – REMAR TCE/PI
Reuniões setoriais de monitoramento dos projetos estratégicos do TCE/PI
Implementação do Projeto Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas - MMD-TC 2022 no TCE/PI
Acompanhamento dos critérios dispostos na Matriz de Fiscalização da Transparência (IN nº 04/2022) referentes ao TCE/PI
Elaboração do Relatório Trimestral de Atividades do TCE/PI referente ao segundo trimestre de 2022
Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos do TCE/PI
Acompanhamento das metas das unidades do TCE/PI
Suporte contínuo através de atendimento às unidades do TCE/PI

Fonte: GOV.

4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento – SO:

QUADRO 32 – ATIVIDADES DA SO

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Notas de Empenho Emitidas	653
Reservas Orçamentárias	600
TOTAL	1253

Fonte: DOF.

QUADRO 33 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	78.080.110,60
II - Suplementação de Dotação	7.800.000,00
III - Disponibilidade Orçamentária	85.880.110,60
IV - Despesa Empenhada	34.911.433,94
V - Saldo dos Créditos Disponíveis ¹	50.968.676,66
VI - Despesa Liquidada	35.705.104,65
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	7.197.079,24

Fonte: DOF.

¹ Os valores informados excluem os créditos reservados em virtude da indisponibilidade destes para a execução orçamentária, compreendendo apenas o montante efetivamente disponível.

- Atividades executadas pela Seção de Finanças – SF:

QUADRO 34 – ATIVIDADES DA SF

ATIVIDADES	TOTAL
Emitir Nota de Lançamento – NL	631
Gerar a Programação de Desembolso – PD	904
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	897
Emitir Guia de Devolução (GD)	25
Emitir Guia de Recolhimento (GR)	52
Nota Patrimonial (NP)	272
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	241
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	109
TOTAL	3.131
Números de processos recebidos	485
Números de processos pagos	802

Fonte: DOF.

QUADRO 35 – MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R\$	
	Anterior	Atual
Saldo do Trimestre		
Banco do Brasil - C/C 82530-1	31.659.532,36	37.261.108,69
Banco do Brasil/Caução - C/C 10086-2	14.165,48	0
Banco do Brasil/Cartão PGTO - C/C 10104-4	9.035,36	37.359,05
TOTAL TCE/PI	31.682.733,20	37.298.467,74
Banco do Brasil/F M T C 2 - C/C 114.565-7	3.565.494,78	3.484.008,45
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.850-7	285.325,93	167.965,31
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.851-5	696.683,96	882.629,66
Banco do Brasil/FMTC - C/C 10.546-5	969,10	979,12
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.015-9	392.453,40	403.422,28
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.016-7	79.970,68	82.205,83
TOTAL FMTC	5.020.897,85	5.021.210,65
TOTAL	36.703.631,05	42.319.678,39

Fonte: DOF.

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade – SC:

QUADRO 36 – ATIVIDADES DA SC

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados	315
Prestação de Contas – via documentação web	3
Prestação de Contas – via controle interno	3
Suprimentos de Fundo – análise de prestação de contas	12
Suprimentos de Fundo – concessão	9
Ajuste de Pendências no SIAFE - processos de exercícios anteriores	-
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	-
Relatório de Gestão Fiscal 1º quadrimestre encaminhado TCE	1
TOTAL DE ATIVIDADES DO TCE	343
Conformidade diária – processos analisados	29
Prestação de Contas – via documentação web	3

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Prestação de Contas – via controle interno	3
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	-
TOTAL DE ATIVIDADES DO FMTC	35
TOTAL GERAL	378

Fonte: DOF.

- Seção de Encaminhamentos de Informações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - SEINF:

QUADRO 37 – ATIVIDADES DA SEINF

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Movimentação Documental	65
Preparação, geração e transmissão - GFIP	05
Geração relatórios da SIEDOS para processos da GFIP/INSS	12
Preparação, geração e transmissão - RAIS	00
Preparação, geração e transmissão – DIRF	00
Geração de GPS manual	09
Importação folha de diárias, ressarcimentos e indenizações	03
Geração de lote de eventos eSocial (geração e transmissão)	172
Folha de Prestadores de Serviços	01
Preparação, geração e transmissão - EFD-Reinf (Sidec)	02
Vinculação, geração e transmissão DCTFWEB mensal	00
Chamados de inconsistências - SIEDOS	10
Emissão de Relatório de Notas Fiscais	06
Relatórios de Atividades – SEINF e SA	06
TOTAL	291

- Sistema SIAFE-PI:

QUADRO 38 – SIAFE-PI

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	JUL	AGO	SET	TOTAL
Nota de Lançamento – NL	TCE	2	1	1	4
Programação de Desembolso – PD		2	1	1	4

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	JUL	AGO	SET	TOTAL
Guia de Recolhimento – GR		3	2	2	7
Guia de Devolução – GD		2	2	8	12
TOTAL		9	6	12	27
Nota de Lançamento – NL	FMTC	1	2	1	4
Programação de Desembolso – PD		1	2	1	4
Guia de Recolhimento – GR		7	7	7	21
Guia de Devolução – GD		0	0	0	0
TOTAL		9	11	9	29

Fonte: Sistema SIAFE-PI.

4.3. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

QUADRO 39 – ATIVIDADES DA DGP

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Atos/Portarias	Nomeações para cargos efetivos	1
	Nomeações para cargos Comissão	1
	Exonerações de Cargos Efetivos	1
	Exonerações de cargos em comissão	1
	Vacância de cargos efetivos	1
	Dispensas de função de confiança	0
	Designações para função de confiança	0
	Concessões de aposentadoria	4
	Licenças prêmios concedidas	5
	Substituição de conselheiro	5
	Licenças para capacitação	44

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Afastamentos de Servidores	Licenças (Eleitoral, Nojo, Paternidade, Encontro Esportivo)	95
	Licenças maternidade	2
Utilização de Recurso Natalino	Conselheiros	2
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	25
Férias Concedidas	Conselheiros	3
	Conselheiros substitutos	2
	Procuradores do MPC	5
	Servidores	329
Interrupção/Suspensão de Férias Concedidas	Conselheiros	4
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	1
	Servidores	13
Abonos de Permanência Concedidos	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	25
Atendimentos de Demandas Administrativas	Informações	181
	Portarias	234
	Certidões	3
	Memorandos	20
	Declarações	14
	Ofícios	55
	Cartão Magnético de Ponto	8
	Licenças Médicas	0
	Despachos DGP	699
	Comunicação Interna	0
	Mapa de tempo de serviço	8
	Licença para Acompanhamento	0

Fonte: DGP.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de atos clínicos realizados no período pela Seção de Serviços Integrados de Saúde – SSIS:

QUADRO 40 – ATIVIDADES DA SISS

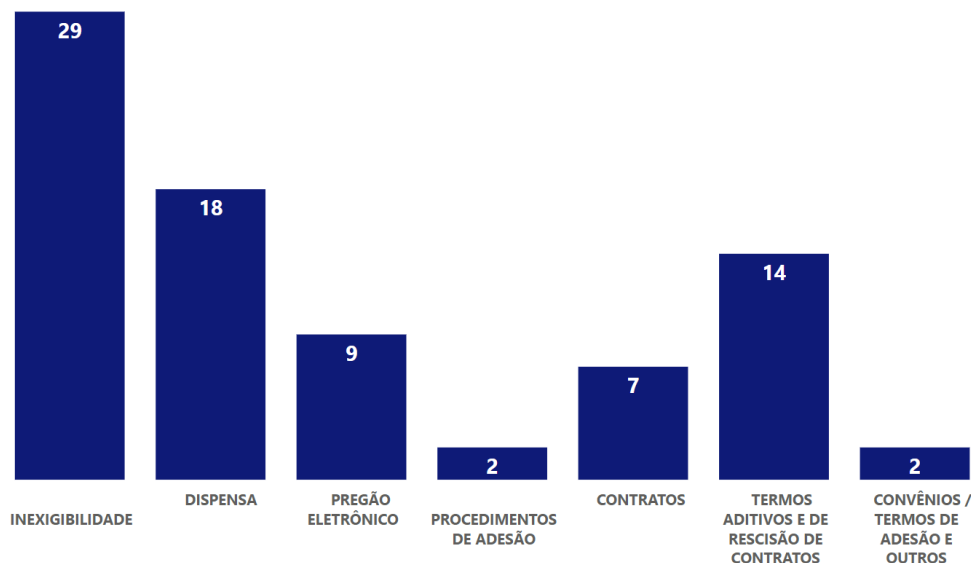
ATIVIDADES		QUANTIDADE
Serviço Ambulatorial	Verificação de pressão arterial	13
	Verificação de Glicemia Capilar	0
	Dispensação de medicamentos	167
	Curativo	0
	Administração de Medicamentos	0
	Atendimento de Emergência	0
Serviço Médico	Consultas	234
	Consulta Periódica	2
	Atestado Médico	2
	Atestado de Saúde	0
	Renovação de Receitas	38
	Verificação de Pressão Arterial	39
	Exame Admissional	19
	Solicitação de exames	55
	Encaminhamento	56
	Atendimento de Urgência	112
	Outros	27
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	6
	Pacientes Atendidos	373
	Homologação Atestado Médico de Servidores	211
Serviço Odontológico	Restauração	117
	Profilaxia	98
	Exodontia	0
	Aplicação de Fluor	94
	Semiologia	3
	RX	1
	Remoção de Pontos	2
	Tartarectomia	92
	Outros	155
	Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	1
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3

ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Pacientes Atendidos	186
Serviço Fisioterapêutico	Tratamento	459
	Tens	456
	Ultrassom	395
	EPI	0
	Forno de Beer	23
	Bandagem	45
	Infravermelho	164
	Ondas Curtas	124
	Terapia Manual	0
	Fisioterapia Respiratória	0
	Crioterapia	230
	Exercícios Exométricos	80
	Ginástica Laboral	0
	Outros	0
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	06
	Pacientes Atendidos	459
Atividades Administrativas	Emissão de parecer	0
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	19
	Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	11
	Comunicação Interna/ Memorando	13
	Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	12
	Participação em Eventos da SSIS	12
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	0

Fonte: DGP.

4.4. Gestão de Contratações

Compete à Divisão de Licitações e Contratos (DLC) coordenar as atividades referentes a procedimentos licitatórios e gestão contratual. Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados pela Seção de Licitações no período:

FIGURA 3 – LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Fonte: DLIC.

4.5. Gestão do Conhecimento

A Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí tem por objeto principal qualificar e conscientizar seus servidores, os governantes, os gestores, as equipes de apoio e assessoria das entidades jurisdicionadas, os controladores institucionais e sociais, os parceiros da rede de controle e a sociedade para o exercício da boa gestão e dos controles como instrumento transparente de realização de um Estado Democrático de Direito.

Na tabela a seguir, destacam-se as atividades de qualificação e capacitação realizadas durante o terceiro trimestre:

QUADRO 41 – QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
1	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	13 servidores	Membros e Servidores TCE
2	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	04 servidores	Membros e Servidores TCE
3	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	03 servidores	Membros e Servidores TCE
4	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	01 servidores	Membros e Servidores TCE
5	Especialização “MBA em Ciências de Dados” - Modalidade Extensão Universitária (Pós-Graduação)	ICMC/USP	460hs	01 servidor	Servidor TCE
6	Curso Redes de Computadores – Modalidade Extensão Universitária (Pós-Graduação)	UNICAMP - FUNCAMP	377hs	01 servidor	Servidor TCE



Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
7	Mestrado Profissional em Administração e Ciências Contábeis	FUCAPE	432h	02 servidores	Servidor TCE
8	Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma integrada na Administração Pública	CONSULTRE	28hs	03 servidores	Servidor TCE
9	Folha de Pagamento e Remuneração no Serviço Publica	IOC Capacitação Ltda	16hs	03 servidores	Servidor TCE
10	Report – 2022	IIA Brasil	8hs	01 membro	MembroTCE
11	Introdução ao Orçamento Público (40h/a), Equilíbrio Fiscal (40h/a) e Orçamento Público (40h/a)	ENAP	120hs	01 servidor	Servidor TCE
12	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos" (40h/a) e Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos (32h/a)	ENAP	72hs	01 servidor	Servidor TCE
13	Excel (40h/a), Word Básico (40h/a) e Administração de Conflitos (40h/a)	TCE/ES	120hs	01 servidor	Servidor TCE
14	Auditoria Operacional	ISC TCU	60hs	01 servidor	Servidor TCE
15	Introdução ao Orçamento Publico	Escola Virtual	40hs	01 servidor	Servidor TCE
16	Auditoria Operacional	ISC TCU	60hs	01 servidor	Servidor TCE
17	"WORD BÁSICO" (40h/a) e "EXCEL" (40h/a)	TCE/ES	80hs	01 servidor	Servidor TCE
18	Auditoria Operacional	ISC TCU	60hs	01 servidor	Servidor TCE
19	Nova Lei de Licitações: Gestão Contratual(25h/a), Gestão de Fiscalização de Contratos Administrativos(40h/a), Nova Lei de Licitações: Sanções ao fornecedor (25h/a) e Lei nº 8112/90 e suas alterações (40h/a)	ENAP	130hs	01 servidor	Servidor TCE
20	Python Fundamentos Para Análise de Dados 3.0	Data Science Academy	60hs	01 servidor	Servidor TCE
21	SQL Server: introdução ao SQL com Microsoft SQL Server 2017 (16h/a), SQL Server: manipulação de dados com Microsoft SQL Server 2017 (12h/a), SQL Server: consultas avançadas com Microsoft SQL Server 2017 (12h/a), SQL Server: T-SQL Server com Microsoft SQL Server 2017 (14h/a), SQL Server: administração do Microsoft SQL Server 2017(12h/a), Excel: tabelas dinâmicas e dashboards (10h/a), Excel: criação de macros e automatização de tarefas (12h/a), Excel: personalizando e automatizando tarefas com VBA (8h/a), DAX e ETL com Power BI: carregando dados (14h/a), Dashboard com Power BI: visualizando dados (8h/a), Power BI Desktop: tratamento de dados no Power Query (8h/a)	AOVS Sistemas de Informática LTDA,	126hs	01 servidor	Servidor TCE
22	Nova Lei de Licitação: Gestão Contratual (25h), Nova Lei de Licitações: Sanções ao Fornecedor (25h) e Proteções de Dados no Setor Público (15h),	ENAP	65hs	01 servidor	Servidor TCE
23	Normas Internacionais de Auditoria Financeira (40h), Macroeconomia (20h), Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público (30h), e Estruturas de Gestão Pública (30h)	ENAP e TCU	120hs	01 servidor	Servidor TCE
24	Introdução ao Orçamento Público	Senado Federal	40hs	01 servidor	Servidor TCE
25	Auditoria Operacional (60h/a), Obras Públicas de Edificação e Saneamento (30h/a) e Aspectos Regulatórios sobre o Saneamento Básico (30h/a)	ISC TCU	120hs	01 servidor	Servidor TCE
26	Introdução ao Controle Interno (40h/a), Excelência no Atendimento (20h/a) e Ouvidoria na Administração Pública (20h/a)	Senado Federal	80hs	01 servidor	Servidor TCE



Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
27	Concorrência e Regulação (24h/a), Administração Financeira e Orçamentária (12h/a) e Trilha de Aprendizagem em Compras Públicas (06h/a)	TCU	42hs	01 servidor	Servidor TCE
28	Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	Convênio PNLD/ESMAFE realizado pela EGC	20hs	01 servidor	Servidor TCE
29	Online Word Básico (40h/a), Online Atendimento ao Público (40h/a)	TCE/ES	80hs	01 servidor	Servidor TCE
30	Introdução à Informática	Instituição Imazon Cursos	120hs	01 servidor	Servidor TCE
31	Ética no Setor Público	Instituição ABELINE	120hs	01 servidor	Servidor TCE
32	Noções de Administração Pública	Instituição ABELINE	120hs	01 servidor	Servidor TCE
33	Sistema Orçamentário	Imazon Cursos	40hs	01 servidor	Servidor TCE
34	Curso Prático de Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição na Administração Pública,	IOC Capacitação LTDA	16hs	01 servidor	Servidor TCE
35	Curso Editando Vídeo no Celular	Espaço Pixel	12hs	05 servidores	Servidor TCE
36	Gestão e Fiscalização de Contratos (40h/a) e Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos (32h/a)	Instituição Escola Virtual	72hs	05 servidores	Servidor TCE
37	XX Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	TCE/SP	12hs	01 Membro	Membro TCE
38	Curso Introdução ao Banco de Dados e SQL - 2019	TCE/PI	08hs	07 servidores	Servidor TCE
39	Plenário Virtual	TCE/PI	12hs	100 servidores	Membros e Servidores TCE
40	A Probidade Administrativa e as Sanções Aplicáveis em Virtude da Prática de Atos de Improbidade Administrativa I	Plataforma Forum	16h	3 servidores	Servidor TCE
41	Conheça o TCE/PI	TCE/PI	3h	15 Servidores 113 Estagiários	Servidor TCE
42	Curso online de "Licitações e Contratos"	Instituição Comunidade Contratações Públicas e Treinamentos Ltda	130hs	19 servidores	Servidor TCE
43	Capacitação do Sistema SEI para fiscais de Contratos do TCE	TCE/PI	04hs	15 servidores	Servidor TCE
44	3º Congresso Brasileiro de Compras Públicas	Instituto Negócios Públicos do Brasil	26hs	06 servidores	Servidor TCE
45	"Normas Internacionais de Auditoria Financeira (40h/a) e Equilíbrio Fiscal (40h/a)	ENAP	80hs	01 servidor	Servidor TCE
46	"Estruturas de Gestão Pública (30h/a) e Controles na Administração Pública (30h/a)",	ISC TCU	60hs	01 servidor	Servidor TCE
47	Introdução ao Orçamento Público (40h/a)	Escola Virtual	40hs	01 servidor	Servidor TCE
48	Elaboração de Relatórios de Auditoria (24h/a) e Papéis de Trabalho em Auditoria Governamental (16h/a)	ENAP	40hs	01 servidor	Servidor TCE
49	Gestão e Fiscalização de Contrato Administrativo	ENAP	40hs	01 servidor	Servidor TCE
50	II Simpósio de Inteligência Institucional do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	TCE/PI	16hs	91 Servidores, 188 Jurisdicionados, 16 Sociedade	Membros, servidores, Jurisdicionados e sociedade



Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
51	Ministrar Palestra no evento "Camunda User Group Brazil – Meetup" com o tema "Orquestração de Processos com Decisões Automatizadas no TCE/PI"	Em Brasília	8hs	02 servidores	Servidor TCE
52	V Congresso Governança e Controle Externo em Natal-RN	ANOSTC	8hs	01 Membro	Membro TCE
53	Legislação Trabalhista, Previdenciária e Contratos	FAMEESP	40hs	01 servidor	Servidor TCE
54	Concordância Verbal e Nominal e Crase (20hs), Contratos Administrativos (30hs), Finanças Públicas (40hs), Prática em Controle Interno (06hs), Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (20hs) e Controle Social e os Tribunais de Contas (20hs)	TCE/ES	136hs	01 servidor	Servidor TCE
55	Curso de Informática	Instituto IMAZON	60hs	01 servidor	Servidor TCE
56	Estratégias de Metodologias Ativas (30h/a), Comunicação não violenta (20h/a), Gestão da Informação e Documentação (20h/a), Planejamento e Organização Pessoal no Trabalho (20h/a) e Português (40h/a)	ENAP	130hs	01 servidor	Servidor TCE
57	Nova Lei de Licitação: Gestão Contratual (25h/a) e Nova Lei de Licitação: Sanções do Fornecedor (25h/a)	ENAP	50hs	01 servidor	Servidor TCE
58	Conhecimento de Informática	IMAZON	120hs	01 servidor	Servidor TCE
59	9º Congresso Brasileiro Médico, Jurídico da Saúde - COMEDJUS	ABRAGES	32hs	01 servidor	Servidor TCE
60	30 anos da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon em BSB	ATRICON	08hs	01 Membro	Membro TCE
61	"XVII Congresso de Inovação no Poder Judiciário e Controle – CONIP- Processo automatizado de Comunicação Processual no TCE/PI em Brasília - DF	IRB	16hs	04 servidores	Servidor TCE
62	9º Congresso Brasileiro Médico, Jurídico da Saúde - COMEDJUS	ABRAGES	32hs	01 servidor	Servidor TCE
63	Projeto Educação Cidadã: O Papel do TCE para a sociedade	TCE/PI	02hs	07 estagiários	Estagiários do TCE
64	Procedimentos auxiliares na Nova Lei de Licitações: SRP, PMI, credenciamento, registro cadastral e pré-qualificação	Plataforma Forum	16h	04 servidores	Servidor TCE
65	Implementação da Lei Geral de Dados no Setor Público	Plataforma Forum	16h	05 servidores	Servidor TCE
66	Tools for Audit Managers – Ferramentas para Gerente de Auditoria	IIA Brasil	39hs	01 Membro	Membro TCE
67	Encontro Nacional de Corregedoria e Ouvidorias dos Tribunais de Contas- ENCO 2022	IRB e TCE/MG	12hs	02 servidores	Servidor TCE
68	Curso Básico de Licitações – Enfrentando (e vencendo) tabus	ENAP	60hs	01 Servidor	Servidor TCE
69	2º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos	Yanne Cursos Ltda	30hs	03 Servidores	Servidor TCE
70	Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil – ENCO/2022	IRB	11hs	02 Servidores	Servidor TCE
71	Contabilidade com foco na Gestão do Orçamento Público (20h/a), Gestão de Recursos Vinculados a Educação Básica Pública Municipal e o Novo Fundeb (25h/a) e Ética e Serviço Público (20h/a)	ENAP	65hs	01 Servidor	Servidor TCE
72	Curso de Direito do Trabalho	Prime Cursos	40hs	01 Servidor	Servidor TCE
73	Nova Lei de Licitações: Gestão Contratual, (25h/a), Gestão de Fiscalização de Contratos Administrativos, (40h/a), Nova Lei de Licitações: Sanções ao fornecedor, (25h/a), Lei número 8112/90 e suas alterações (40h/a)	ENAP	130hs	01 Servidor	Servidor TCE

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
74	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (40h/a)	ENAP	40hs	01 Servidor	Servidor TCE
75	Comunicação Pública e Comunicação de Governo (10h/a); Autoconhecimento e Motivação (30h/a) e Comunicação não violenta (20h/a)	ENAP	60hs	01 Servidor	Servidor TCE
76	Auditoria Operacional	ISC TCU	60hs	02 Servidores	Servidor TCE
77	Encontro de Gestores da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - REDE LAB/2022 em Brasília-DF	REDE LAB/2022	16hs	01 Servidor	Servidor TCE
78	Tools for Audit Managers - Ferramentas para Gerente de Auditoria"	IIA Brasil	39hs	01 Membro	Membro TCE
79	II Encontro, Tema: Geopolítica Mundial, Perspectivas e o Papel do Brasil, conforme Ofício nº 180/2022	IRB	4hs	02 Membros	Membro TCE
80	Relações Humanas	IMAZON	120hs	01 Servidor	Servidor TCE
81	Projeto Educação Cidadã: Identidade e Cidadania	TCE/PI	02hs	10 estagiários	Estagiários do TCE
82	Projeto Educação Cidadã: Formas de Assédio e suas Implicações Legais	TCE/PI	02hs	10 estagiários	Estagiários do TCE
83	Projeto Educação Cidadã: Autoconhecimento	TCE/PI	02hs	10 estagiários	Estagiários do TCE
84	Projeto Educação Cidadã: Bibliotecas Multifacetadas: do Físico ao Virtual	TCE/PI	02hs	10 estagiários	Estagiários do TCE
85	Projeto Educação Cidadã: Vencendo o medo de falar em publico	TCE/PI	02hs	10 estagiários	Estagiários do TCE
86	Programa Saúde é da nossa conta: Ativamente – Dança de Salão	Unimed	01h	20 Servidores	Membros e Servidores TCE
87	Programa Saúde é da nossa conta: Ativamente - Terapias Alternativas Reiki EFT	Unimed	04hs	20 Servidores	Membros e Servidores TCE
88	Programa Saúde é da nossa conta: Ativamente (setembro amarelo) – Mindfulness para a vida	Unimed	02hs	20 Servidores	Membros e Servidores TCE
89	A fase de licitação na Lei nº 14.133/2021: definição de modalidades e rito procedimental	Plataforma Forum	16hs	5 servidores	Servidor TCE
90	Curso para Elaboração de Projetos para Capacitação de Recurso	Organizado pela SEMA e realizado na EGC	24h	5 Servidores e 55 Jurisdicionados	Servidores e Jurisdicionados
91	Contratação direta na Lei nº 14.133/2021: novidades, precauções e diferenças em relação à Lei nº 8.666/1993	Plataforma Forum	16hs	6 servidores	Servidor TCE
92	Webinário e-Social: EFD-REINF e DCTFWEB	Youtube TCE/PI	3hs	392 inscritos 2015 Visualizações no Youtube	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
93	Webinário e-Social: Segurança e Saúde no Trabalho - SST	Youtube TCE/PI	2hs	154 inscritos 219 Visualizações no Youtube	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade

Fonte: EGC.

4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento

do Tribunal nesta área.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 42 – ATIVIDADES DA STI

ATIVIDADES	
1.	Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas: Licitações web, Contratos web, Sagres web e controle, Documentação web, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Serca, Controle de multas e Auditoria (Módulo Relatórios)
2.	Criação de novos relatórios internos, além de atualizações corretiva e evolutiva de outros já em produção
3.	Modelagem de novos cubos para BI (<i>Business Intelligence</i>)
4.	Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet
5.	Manutenção de equipamentos do TCE-PI
6.	Suporte aos usuários internos
7.	Suporte aos jurisdicionados na utilização dos diversos sistemas de prestações de contas eletrônicos
8.	Desenvolvimento de novo sistema de prestação eletrônica de contas – SagresPC
9.	Conclusão do desenvolvimento do software para disponibilização de informações consolidadas (Opala), em conjunto com fábrica de software
10.	Inclusão de novas funcionalidades no software para coleta e monitoramento de informações junto a jurisdicionados (Capture)
11.	Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações de irregularidades
12.	Disponibilização de gráficos e <i>dashboards</i> no sistema de controle de prazos de Comunicações Processuais
13.	Expansão de funcionalidade de solução para registro e acompanhamento de atendimentos
14.	Implantação do sistema de Processo Eletrônico Administrativo SEI
15.	Implantação do Sistema Plenário Virtual
16.	Configuração e disponibilização de 45 notebooks, 30 computadores (desktops) e 130 monitores para ampliação e renovação tecnológica do TCE/PI
17.	Implantação da nova solução de rede sem fio em todas as instalações do TCE/PI
18.	Implantação de nova solução de backup do <i>datacenter</i> do TCE/PI

Fonte: STI.

4.7. Controle Interno

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se os pareceres emitidos no período:

FIGURA 4 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO



Fonte: Controle Interno.

4.8. Corregedoria

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

No 3º trimestre de 2022, a Corregedoria Geral, no exercício de suas competências, realizou, dentre outros, os seguintes atos:

QUADRO 43 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

ATO	OBJETO	JUL	AGO	SET
Memorando	Solicitações Diversas	-	-	-
Despachos	Nada Consta/ Solicitação de Informações/ Avaliação de Teletrabalho/ CADEP	33	6	4
Fichas de Avaliação	Ficha de avaliação de estágio probatório	-	-	-
Pareceres	Relatórios de Correição	-	-	-
Processos	Instauração de processos (ÉTICO/PAD)	0	1	1

Fonte: Corregedoria.

4.9. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Ela cria e amplia os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade e aposta na construção transparente, coletiva e participativa. É uma oportunidade de participação ativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública do Estado e dos Municípios piauienses, e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

- Serviços ofertados pela Ouvidoria:

QUADRO 44 – SERVIÇOS DA OUVIDORIA

SERVIÇOS DA OUVIDORIA
Orientação ao cidadão acerca das formas de se estabelecer contato com o TCE
Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade, e mesmo com sigilo, nos casos em que o mesmo for solicitado e que a legislação permita
Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados
Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público
Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição
Sugestão de aprimoramento dos serviços do TCE-PI acerca das oportunidades identificadas
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas e com a Rede de Ouvidorias Estadual (Rede Ouvir), para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social

- Tipos de manifestação recebidos pela Ouvidoria do TCE/PI:

QUADRO 45 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Pedidos de Informação – Qualquer interessado poderá requerer informações do seu interesse ao

TCE/PI, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada, conforme art. 10 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Importante ressaltar que o pedido não precisa apresentar justificativa, e que o TCE/PI terá 20 (vinte) dias para apresentar resposta definitiva, podendo prorrogar este prazo uma vez, motivadamente, por mais 10 (dez) dias

Reclamações / Elogios / Sugestões – Qualquer usuário poderá qualificar as ações do TCE/PI ou de seus funcionários, seja elogiando uma atuação positiva, seja criticando ações que não estão funcionando a contento, ou mesmo apresentando sugestões para um melhor atendimento e atuação deste Tribunal. Nenhuma destas formas de manifestação exige a identificação do usuário, embora ele possa se identificar, caso deseje

Comunicações de Irregularidades – Qualquer interessado poderá informar ao TCE/PI circunstâncias onde, no seu entendimento, estejam presentes indícios de irregularidades ou ilegalidades na atuação de agentes ou entidades da Administração Pública do Estado do Piauí ou de qualquer um de seus municípios, a fim de que o TCE/PI tome ciência da situação e possa agir com maior rapidez. Esta manifestação não é equivalente ao processo formal de denúncia, e também não exige a identificação do usuário

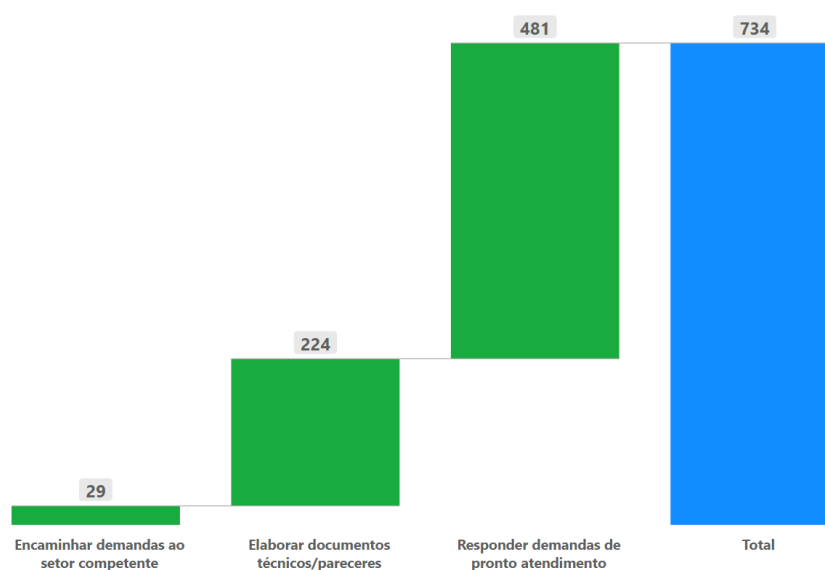
- Canais de comunicação:

QUADRO 46 – CANAIS

CANAIS
Portal: http://www.tce.pi.gov.br/transparencia/ouvidoria/
E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br
Telefone: (86) 3215-3987 / (86) 3215-3985 / (86) 3215-3839 / (86) 3215-3843/ 0800-280-5677
Whatsapp: (86) 99423-5047
Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900
Formulários de manifestações ao TCE-PI (Central do Cidadão)
Atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Cidadão, localizado no térreo do edifício-sede do TCE/PI

Destaca-se abaixo o quantitativo de atendimentos realizados e demandas respondidas pela Ouvidoria no período:

FIGURA 5 – ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria.

4.10. Comunicação

A Comunicação Social – CS do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à CS a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Comunicação Social em números no período:

FIGURA 6 – ATIVIDADES DA CS



Fonte: Comunicação Social.

Durante o 3º trimestre do ano a CS desenvolveu uma série de trabalhos, incluindo criação e desenvolvimento de artes, produção e edição de vídeos, produção de matérias factuais e especiais, planejamento e execução de campanhas internas e externas. Além de realizar a cobertura em tempo integral de eventos e acompanhamento de membros e servidores em importantes encontros, simpósios e seminários fora da Corte de Contas piauiense.

A produção intensa acompanhou e espelhou a rotina de atividades produzidas pelo TCE, a CS teve ainda trabalho em conjunto com demais departamentos do tribunal, como a EGC e Engenharia. Como resultado do trabalho coletivo: o livro “Tribunal de Contas do Piauí narrativas sobre uma história centenária”, o projeto “Memória”, o podcast “Café com a

presidência" e o documentário que narra fatos importantes da história do tribunal.

Também acompanhou a atuação pedagógica do TCE e produziu materiais instrutivos com normas e orientações para entidades municipais e sociedade em geral. A comunicação fortaleceu ainda o relacionamento interno, aproximando servidores e tribunal por meio de produção de conteúdo humanizado refletido em vídeo nas redes sociais e site.

4.10. Gestão Patrimonial

Compete à Divisão de Patrimônio e Logística – DPL as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabela a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

QUADRO 47 – ATIVIDADES DA DPL

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
Seção de Almoxarifado – SA	Requisições de Material (RM) atendidas	1.456
	Requisições de Material (RM) canceladas	65
	Suprimentos de Fundo Finalizado	1
	Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	29
	Notas fiscais recebidas com Material Permanente	0
	Valor Notas Fiscais - Material de Consumo	R\$ 54.875,94
	Valor Notas Fiscais - Material Permanente	R\$ 0,00
	Valor Notas Fiscais – Suprimento de Fundos	R\$ 1.255,70
	Valor Total das Notas Fiscais	R\$ 56.131,64
Seção de Transportes – ST	Aquisição de Combustíveis e lubrificantes	31.712,91
	Aquisição de peças e serviços	5.664,97
	Aquisição 02 capacetes	340,00
	Locação de Veículos	-
	Renovação de Documento de Veículos	-
	Renovação Apólices Seguro Veículos	6.913,08
	Rotas em Teresina e Região Metropolitana	501
	Rotas Intermunicipais	18
	Municípios Visitados	62
	Quilômetros Rodados	32.294

SEÇÃO	ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Suprimentos de Fundo Finalizados		-
Seção de Manutenção – SM	Contratos fiscalizados		6
	Suprimentos de Fundo finalizados		4
	Atendimento a demandas internas diárias		330
	Atesto Efetuados em serviço de consertos solicitados		192
	Fotocópias		2000
	Encadernações		12
Seção de Controle de Patrimônio – SCP	Receber e Incorporar Bens Patrimoniais		178
	Atendimento Interno de Transferências de Bens		-
	Atendimento Interno de Transferências de Bens Patrimoniais		483
	Emissão de Termo de Responsabilidade		162
	Controle de Documentos/Processos no e-TCE		14
	Rotinas patrimoniais (Aquisição)		-
	Rotinas patrimoniais (Desfazimento)		-
	Emissão de Tombamento – Bens Novos	Bens Móveis Mobiliários	100
		Equipamentos de Informática	17
		Bens De Escritório Duráveis	15
		Equipamentos	21
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	25
	Baixa de Bens - Bens para Doação / Permuta / Cessão / Descarte	Bens Móveis Mobiliários	120
		Equipamentos de Informática	123
		Bens de Escritório Duráveis	-
		Equipamentos	6
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
Seção de Arquivo Geral – SAG	SEI-Processos Administrativos		39
	Atendimento de solicitações escritas		214
	Correspondências Internas expedidas		-
	Correspondências Internas recebidas		-
	Atendimento com retorno à Presidência		-
	Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos		1.427
	Assinaturas solicitadas		428
	Recebimento e controle de processos		-
	Envio de Processos via Correios (AR's)		202
	Controle de Retorno de Correspondência (AR's)		133
	Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios; plataformas digitais		795
	Recurso		2



SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
	Denúncia	51
	Representação	58
	Embargos/Agravo	1
	Prestação de Contas Estaduais e Municipais	254
	Tomada de Contas	-
	Tomada de Contas Especial	16
	Processos de Aposentadorias e Pensões (SISPREV)	3-6
	Processos de Aposentadorias e Pensões	182
	Processos de Admissão de Pessoal	12
	Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	-
	Consultas	7
	Auditorias	35
	Inspeção	12
	Inspeção Extraordinária	-
	Multas	-
	Pedido de Reexame	2
	Pedido de Revisão	3
	Monitoramento	3
	Processo Ordinário Administração	13
	Requerimento Administrativo	114
	Ordem Judicial	4
	Acompanhamento de Decisão	3
Seção de Compras – SCOM	Orçamentos Coletados	92
	Fornecedores Cadastrados	84
	Aquisições Diretas	10
	Produtos Catalogados	32
	Ordens de Fornecimento ou Serviço Emitidas	13
	Termos de Referência Elaborados	7
	Projetos Básicos Elaborados	-
	Fornecimento de Serviços a Terceiros	-
	Xerox	-
	Encadernações	-
	Cartões de Frequência	-
	DVD's	-